

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA
PACTE.(S)	: ALEXSANDRO DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: NICOLAS PETRIK PABIS BACIUK
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIME DE DESCAMINHO. VALOR SONEGADO INFERIOR AO FIXADO NO ART. 20 DA LEI 10.522/2002, ATUALIZADO PELAS PORTARIAS 75/2012 E 130/2012 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENÉFICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

I - Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado ao delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/2002, atualizado pelas Portarias 75/2012 e 130/2012 do Ministério da Fazenda, que, por se tratarem de normas mais benéficas ao réu, devem ser imediatamente aplicadas, consoante o disposto no art. 5º, XL, da Carta Magna.

II – Ordem concedida para restabelecer a sentença de primeiro grau que reconheceu a incidência do princípio da insignificância e absolveu sumariamente os ora pacientes, com fundamento no art. 397, III, do Código de Processo Penal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por votação unânime, conceder a ordem para restabelecer a sentença de primeiro grau que reconheceu a incidência do princípio da insignificância e absolveu sumariamente os pacientes, com

HC 121322 / PR

fundamento no artigo 397, III, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Brasília, 18 de março de 2014.

RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA
PACTE.(S)	: ALEXSANDRO DE OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: NICOLAS PETRIK PABIS BACIUK
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Nícolas Pétrik Pabis Baciúk, em favor de RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA e ALEXSANDRO DE OLIVEIRA, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 309.386/PR, Rel. Min. Regina Helena Costa.

O impetrante narra, de início, que os pacientes foram denunciados pela suposta prática do crime previsto no art. 334, § 1º, d, do Código Penal (contrabando ou descaminho).

Diz, mais, que o juízo sentenciante verificou ser o caso de absolvição sumária, por entender que o valor dos tributos devidos era inferior ao disposto pela Portaria 75 do Ministério da Fazenda, de 22 de março de 2012 (DOU, Seção 1, de 26/03/2012, pg. 22-23), que estabeleceu o montante mínimo de vinte mil reais para cobrança judicial de débitos tributários, valor este anteriormente fixado em dez mil, conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores e TRF da 4ª Região. Assim, entendendo ser atípica a conduta descrita na denúncia, absolveu sumariamente os pacientes, com base no art. 397, III, do Código de Processo Penal.

Relata, em seguida, que o Ministério Público Federal apelou, alegando inaplicabilidade da referida Portaria, para o Tribunal Regional

HC 121322 / PR

Federal da 4ª Região, que negou provimento ao recurso.

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso especial, não admitido, o que ensejou a interposição do agravo. Este foi provido para cassar o acórdão recorrido e a sentença de primeiro grau, determinando o retorno dos autos à origem, para o prosseguimento da ação penal.

Inconformada com a referida decisão, a defesa interpôs agravo regimental, que foi improvido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em acórdão assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. LEI N. 10.522/02. VALOR ELIDIDO SUPERIOR A R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS). PORTARIA N. 75/2012, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. DESCABIMENTO. PRECEDENTES.

I. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, apreciando a questão da aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 1.112.748/TO, sedimentou o entendimento segundo o qual somente é cabível o reconhecimento do delito de bagatela aos débitos tributários que não ultrapassem o teto de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em conformidade com o art. 20 da Lei n. 10.522/02.

II. A Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, não conduz à conclusão diversa. Se a execução fiscal pode prosseguir por valor inferior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), consoante a disciplina legal, então tal montante não pode ser considerado insignificante.

III. In casu, o valor do tributo devido é da ordem de R\$ 10.523,67 (dez mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos), superior, portanto ao patamar fixado por esta Corte Superior.

IV. Agravo regimental improvido”.

HC 121322 / PR

É contra esse julgado que se insurge o impetrante.

Sustenta, inicialmente, que há constrangimento ilegal aos pacientes em não se aplicar o princípio da insignificância, já que os valores devidos estão de acordo com a Portaria 75 do Ministério da Fazenda, aplicada em primeira instância, o que excluiria a tipicidade no caso. Menciona que os pacientes sequer foram inscritos na dívida ativa.

Aduz, quanto ao mérito, que o acórdão do STJ viola os princípios que regem o direito penal, mencionando os da subsidiariedade, intervenção mínima e fragmentariedade. Cita a decisão do TRF em sede de apelação, que bem pontuou a questão ante a ausência de grave violação ao bem juridicamente tutelado.

Afirma, também, que a Lei Federal 7.799/89 possibilitou ao Ministro da Fazenda dispensar o ajuizamento, inscrição e constituição dos créditos tributários de qualquer natureza, bem como determinar o cancelamento de seus débitos. Assim, baseado na já referida portaria e nesta lei, seria irrelevante o ajuizamento de ações inferiores a vinte mil reais.

Alega, em seguida, que os pacientes foram indevidamente constrangidos ao valor estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/02, que fixava anteriormente o montante de dez mil reais como valor mínimo relevante para ajuizamento de ações fiscais, defendendo a aplicação da Portaria posterior, por ser lei superveniente, conforme preceitua o art. 5º, XL da CF/88, que traz o princípio da retroação da lei penal mais benéfica.

Argumenta, outrossim, que a jurisprudência desta Suprema Corte e do STJ são conflitantes sobre o assunto.

Requer, ao final, liminarmente, que determine-se a suspensão dos efeitos do AREsp 309.386/PR, de modo a obstar o início da persecução

HC 121322 / PR

criminal, até decisão final no mérito do presente *writ*. No mérito, pede que seja concedida a ordem, restabelecendo-se as decisões das instâncias ordinárias, aplicando-se o princípio da insignificância ao presente caso.

Em 27/2/2014, indeferi o pedido de liminar e determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que é caso de concessão da ordem.

Como relatado, os réus foram denunciados por suposta prática do crime de descaminho porque, em 5/4/2008,

“equipe da Polícia Rodoviária Federal abordou o veículo M. Benz, modelo Sprinter, placa INY4257, conduzido por ALEXSANDRO DE OLIVEIRA e encontrou no seu interior 100.000 (cem mil) unidades de Cds virgens, da marca JTEC.

À fiscalização, o motorista ALEXSANDRO DE OLIVEIRA apresentou a nota fiscal n. 4585, emitida pela DIVULTEC Mídia Ótica, em 31/03/2008, que indica a origem das mercadorias como Sapiranga/RS e o destino São Paulo/SP.

Questionado o motivo pelo qual estava fora de rota – Sapiranga/RS localiza-se ao norte de Porto Alegre e ao leste de Novo Hamburgo, sendo a BR-116 a rota mais próxima até São Paulo – ALEXSANDRO DE OLIVEIRA apresentou a frágil justificativa de que veio conhecer Foz do Iguaçu/PR, em um desvio de mais de 800KM, sem o conhecimento do proprietário da carga e do veículo, o seu irmão RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA” (pág. 8 do documento eletrônico 3).

O cerne desta impetração cinge-se ao reconhecimento da atipicidade da conduta dos pacientes em face da aplicação do princípio da insignificância.

A pretensão merece ser acolhida.

Isso porque o art. 20 da Lei 10.522/2002 determinava o arquivamento das execuções fiscais, sem cancelamento da distribuição, quando os

HC 121322 / PR

débitos inscritos como dívida ativa da União fossem iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Todavia, com o advento das Portarias 75/2012 e 130/2012 do Ministério da Fazenda, esse patamar foi atualizado para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Assim, por se tratar de norma mais benéfica ao réu, deve ser imediatamente aplicada, consoante o disposto no art. 5º, XL, da Carta Magna, de modo que a aplicação do princípio da insignificância é medida que se impõe.

Conforme a jurisprudência de ambas as Turmas desta Corte, falta justa causa para a ação penal por crime de descaminho quando a quantia sonegada não ultrapassar o valor estabelecido no referido dispositivo, aplicando-se o princípio da insignificância, consoante se verifica das ementas a seguir colacionadas:

“HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. DESCAMINHO. VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO PELO ART. 20 DA LEI 10.522/2002. PORTARIAS 75 E 130/2012 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando-se todos os aspectos relevantes da conduta imputada.

2. Para crimes de descaminho, considera-se, para a avaliação da insignificância, o patamar de R\$ 20.000,00, previsto no art 20 da Lei 10.522/2002, atualizado pelas Portarias 75 e 130/2012 do Ministério da Fazenda. Precedentes.

3. Na espécie, aplica-se o princípio da insignificância, pois o descaminho envolveu elisão de tributos federais que perfazem quantia inferior ao previsto no referido diploma legal.

4. Ordem concedida” (HC 120.617/PR, Rel. Min. Rosa Weber).

HC 121322 / PR

“PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE DESCAMINHO. VALOR SONEGADO INFERIOR AO FIXADO NO ART. 20 DA LEI 10.522/2002, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.033/2004. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

I - Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado ao delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/2002, com a redação dada pela Lei 11.033/2004.

II – Ordem concedida para, reconhecendo-se a atipicidade da conduta, determinar o trancamento da ação penal” (HC 112.772/PR, de minha relatoria).

Ora, na situação sob exame, a soma dos tributos não recolhidos perfaz um total aquém do valor estabelecido para o arquivamento dos autos das execuções fiscais, razão pela qual se revela aplicável o princípio da insignificância.

Por outro lado, a certidão de distribuição de ações e execuções criminais expedida pela Justiça Federal (págs 20 e 21 do documento eletrônico 5) não permite afirmar que se trata de criminosos habituais.

Ressalto, por fim, que este *writ* difere do HC 110.964/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, e de outros casos semelhantes, em que esta Corte vem denegando a ordem de *habeas corpus*. Naquela ocasião, a DPU pretendia a aplicação do princípio da bagatela à conduta de réus condenados pela prática do delito de contrabando (art. 334, *caput*, 1ª parte, do Código Penal), haja vista terem sido surpreendidos na posse de cigarros de origem estrangeira, desacompanhados de regular documentação.

Cuida-se, portanto, de hipótese distinta da destes autos, em que os pacientes foram denunciados pela suposta prática do crime de descaminho (art. 334, *caput*, 2ª parte, do Código Penal), por introduzir no território nacional mercadorias de origem estrangeira sem a devida

HC 121322 / PR

documentação fiscal, deixando de recolher tributos que totalizaram a quantia de R\$ 10.523,67 (dez mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos).

Ante o exposto, concedo a ordem para restabelecer a sentença de primeiro grau que reconheceu a incidência do princípio da insignificância e absolveu sumariamente os ora pacientes, com fundamento no art. 397, III, do Código de Processo Penal.

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhora Presidente, eu vou acompanhar o Relator, embora eu tenha algumas reservas.

Primeiro, eu não entendo como uma portaria possa ter autorizado uma dispensa de execução, dobrado o valor de dispensa de execução. Mas, o que chama mais a atenção, no meu entender, é que não se trata de um pequeno valor, e, ademais, na prática, se se considerar que há insignificância nessa espécie de conduta, jamais vamos ter uma reiteração configurada, a significar que também a reiteração dessa conduta será penalmente atípica.

Essas são as minhas preocupações, mas a jurisprudência do Tribunal é em outro sentido, de modo que vou acompanhar o Relator.

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - Eu também ressalvo. Tenho votado, inclusive, em algumas situações, no sentido de que, mesmo no descaminho, eu não aplico o princípio da insignificância, até porque tenho a preocupação do Ministro Teori e tenho uma a mais: a apuração desses valores nós não fazemos aqui porque **habeas corpus** nem é a sede própria para tanto. O que o Direito faz, a meu ver, é permitir que algo que não tenha significância possa ser eventualmente excluído da tutela penal, mas não me parece que seja o caso.

Então, vou ressaltar o meu ponto de vista, considerando especialmente essa mudança legislativa que, a meu ver, só pioraria a situação. Mas como conforme o caso é que eu tenho votado e não tenho adotado ainda uma definição sobre a aplicação do princípio da insignificância, neste caso, especificamente, até pela mudança processada na lei, que seria mais benéfica, eu vou acompanhar.

xxxxxxx

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 121.322 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhora Presidente, antes de Vossa Excelência proclamar o resultado, eu queria dizer que eu respeito e acompanho o ponto de vista tanto do Ministro Teori quanto o de Vossa Excelência.

Eu também tenho examinado, com muito cuidado, cada caso concreto. Quando vejo que se trata de um profissional do descaminho, digamos assim, de um sacoleiro que reiteradamente atravessa a Ponte da Amizade e vai para a *Ciudad Del Este* e traz, pra cá, mercadorias de forma irregular, fazendo disso um comércio, é claro que não podemos aplicar o princípio da insignificância.

Concordo com Vossa Excelência e concordo também com o argumento do Ministro Teori de que nós estamos, de certa maneira, amarrados, aqui, ao que temos nos autos do *habeas corpus*, sem podermos fazer indagações maiores. Talvez seja algo a ser repensado. Mas a jurisprudência é nesse sentido e, como não há dados que militem contra os pacientes nesses dois casos, eu ratifiquei, aqui, o que a jurisprudência tem assentado.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 121.322

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA

PACTE.(S) : ALEXSANDRO DE OLIVEIRA

IMPTE.(S) : NICOLAS PETRIK PABIS BACIUK

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, concedeu a ordem para restabelecer a sentença de primeiro grau que reconheceu a incidência do princípio da insignificância e absolveu sumariamente os pacientes, com fundamento no artigo 397, III, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 18.03.2014.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta